

# Consumidores vão recuperar IVA na cultura, turismo e restauração

**Empresas**  
Luís Villalobos

**Medida vai constar do OE, mas já a partir de 5 de Outubro empresas vão poder oferecer descontos e receber participação**

A proposta do Orçamento do Estado para 2021 vai englobar uma medida de dinamização da procura no turismo e na restauração que passa pela devolução ao consumidor de parte do IVA da factura “em novas compras” no sector. O anúncio, sem mais detalhes, foi feito ontem pelo primeiro-ministro, António Costa, no arranque da cimeira do turismo organizada pela Confederação do Turismo de Portugal (CTP).

O ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, veio depois esclarecer que os sectores da cultura e dos transportes serão igualmente abrangidos por esta medida. “Também temos de estimular a procura”, disse Siza Vieira, ao falar de uma “fórmula de recuperação do IVA suportado pelos consumidores no sector do turismo, da cultura, dos transportes, de forma a induzir procura que não existisse de outra forma”.

Por outro lado, e já a partir do dia 5 de Outubro, adiantou o ministro da Economia, vai entrar em vigor um acordo com estes sectores que “permitirá aos operadores económicos que oferecerem descontos aos seus clientes” receber “uma participação pública” ligada a esse desconto, com “montantes que sejam tabelados”.

De acordo com um comunicado enviado pelo Ministério da Economia, esta nova iniciativa “visa estimular a procura turística interna na época baixa” e conta “com uma dotação de 50 milhões de euros”. “Em [visitaportugal.pt](http://visitaportugal.pt) estarão disponíveis centenas de experiências turísticas e gastronómicas, alojamento, visitas a museus e viagens de comboio, a preços acessíveis, que podem incluir descontos até 50%”, diz o comunicado.

Na ocasião, António Costa afirmou também que haverá uma afinação do modelo que substituiu o *layoff* simplificado para apoiar os sectores mais afectados pela pandemia do covid-19, uma vez que, disse, áreas



“Este ano, realçou o presidente da CTP na cimeira, “está perdido”

**“Regime de apoio à retoma progressiva será flexibilizado” e vai abranger paragem total de trabalho, Diz Pedro Siza Vieira. ministro da Economia**

como o turismo não tiveram a evolução que se esperava quando as medidas do programa de estabilização, em que se inclui o apoio à retoma progressiva, foram pensadas. Pedro Siza Vieira explicou depois que essa afinação vai permitir haver de novo paragens totais dos trabalhadores com apoio financeiro do Estado, à semelhança do *layoff* simplificado.

Devido à falta de procura em alguns sectores, disse o ministro, “o regime de apoio à retoma progressiva será flexibilizado”, de modo a que “as empresas com perdas mais significativas possam ter a redução total da sua capacidade de trabalho”. E adiantou ainda que, muito provavelmente, este apoio irá ser prorrogado de modo a estar disponível no ano que vem. “Isso”, disse, é algo que “o Governo está preparado para fazer, em função da actividade económica.”

Outra medida é a manutenção do regime de isenção da TSU “que vigo-

rou no trimestre que agora termina”.

Na abertura do congresso, minutos antes da intervenção de António Costa, o presidente da Confederação do Turismo de Portugal, (CTP), Francisco Calheiros, tinha voltado a pedir a manutenção do *layoff* simplificado. “Somos a actividade com mais empresas em *layoff*”, adiantou, defendendo que o regime simplificado tinha de ser “reposto com a máxima urgência”. Este é um sector “crise”, que atravessa um período “muito difícil”, com empresas em pré-insolvência e com a perspectiva de desemprego, disse. O lançamento do plano de estabilização, destacou, tem de ser rápido, porque, se a época alta costuma compensar o período da época baixa, desta vez tal não aconteceu. A recuperação, sublinhou, está a ler lenta e “ninguém sabe quando vai terminar a crise”.

“Todos os recursos das empresas de turismo estão a ser canalizados para a sua sobrevivência”, destacou o presidente da CTP, acrescentando que vai haver uma “crise económica com reflexos no mercado de trabalho”.

Entre Março e Julho, os turistas estrangeiros foram responsáveis pela entrada de 2232 milhões de euros, -72% face ao mesmo período de 2019 (em Julho, a quebra foi de 66%). Este ano, realçou Francisco Calheiros, “está perdido”, o ano que vem “poderá trazer alguma recuperação” mas “a retoma só se iniciará em 2022”.

[luis.villalobos@publico.pt](mailto:luis.villalobos@publico.pt)